

Jutahy quer usucapião para terra particular

O senador, Jutahy Magalhães (PDS-BA) distribuiu ontem aos membros da Comissão Mista que examina o projeto de lei do governo que dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, a sua emenda substitutiva, propondo alterações no texto original, conforme acordo com o governo.

Como pontos de destaque, o substitutivo de Jutahy Magalhães propõe a ampliação de 20 para 25 hectares no tamanho do imóvel rural a ser usucapiado (prevalecendo o tamanho do módulo rural se o imóvel for superior a 25 hectares), e deixa explícito no artigo 2º da sua proposta que o usucapião especial "abrange as terras particulares e as terras devolutas, em geral".

Jutahy Magalhães ressaltou no seu substitutivo que a aquisição de imóveis rurais através de usucapião especial, reduzido no projeto do governo de dez para cinco anos (o que ele mantém), não ocorrerá "em áreas indispensáveis à segurança nacional, em terras habitadas por silvícolas e de interesse ecológico".

"Com relação ao problema das áreas consideradas de interesse para a segurança nacional, Jutahy Magalhães acrescentou um parágrafo único ao artigo 3º (na sua proposta), no qual deixa claro que "o Poder Executivo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, discriminará, mediante decreto, no prazo de 90 dias, contados da publicação desta lei, as áreas indispensáveis à segurança nacional, suscetíveis de usucapião".

Outra modificação importante introduzida por Jutahy Magalhães ao projeto de lei do governo — mudança essa, como as demais, já negociada com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, ontem — é de que a ação de usucapião especial "será processada e julgada na comarca da situação do imóvel". Pelo projeto, essa ação seria através da Justiça Federal, o que levaria, no entender do relator, a deslocamentos de posseiros para as capitais, representando ônus e demora no despacho dos processos.

SEMINÁRIO

Em Recife, começa hoje o seminário sobre solo urbano, promovido pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e que vai discutir, entre outros temas, a questão da terra e a propriedade privada. O encontro, que será encerrado depois de amanhã, terá a participação dos padres Virgílio Uchôa e David Reagan, representantes da CNBB.

professores e alunos do mestrado de desenvolvimento urbano da Universidade Federal de Pernambuco.

Em Belém, novos conflitos de terra estão sendo denunciados pela Comissão Pastoral da Terra, por deputados na Assembleia Legislativa e diretamente por lavradores nas redações dos jornais.

AMEAÇAS

Na CPT, um grupo de lavradores dos municípios de Moju e Acará, residentes na colônia agrícola Aiu-Açu, denunciou que homens armados estão estabelecendo o prazo de 15 dias para que mais de 80 famílias deixem a colônia legalmente instalada em terras devolutas do Estado desde 1976. Os "pistoleiros", segundo os lavradores que foram a Belém comunicar as ameaças sofridas por suas famílias, agem em nome da agropecuária Olho D'Água, e da Leo Serruya Administração, Participação e Empreendimentos, com sede no Rio de Janeiro.

Em Montes Claros, MG, o bispo D. José Alves Trindade, daquela cidade, afirmou ontem que a Igreja possui, no norte de Minas, "área considerável" de terras ocupadas por posseiros, que poderão ser beneficiados com a provável alteração na Lei de Usucapião, reduzindo para cinco anos de ocupação pacífica o direito à propriedade. Segundo ele, a Diocese abre mão delas em favor de seus ocupantes, se for necessário, pois "a maior propriedade da Igreja é o céu".

Em Porto Alegre, o coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, pastor Werner Fucks, defendeu, ontem, a adoção do crédito fundiário como alternativa para solucionar o problema de cerca de duas mil famílias de colonos sem terra do Oeste paranaense, que estão dispersas em vários municípios "estudando o que fazer: invasão de fazendas ou formar um acampamento".

Membro do Movimento de Justiça e Terra Itaipu/Paraná, o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil afirmou que, dos cerca de seis mil proprietários de áreas desapropriadas para construção de Itaipu, há ainda 800 que não receberam a indenização. À noite, ele participou do Seminário Nacional sobre a Questão da Terra, promovido pela Assembleia Legislativa gaúcha.

Segundo o pastor Werner Fucks, outra solução para os agricultores sem terra seria a aquisição pelo governo de áreas para o assentamento. De acordo com levantamento realizado pela Pastoral da Terra há, no Paraná, áreas num total de 60 mil hectares que não são utilizadas.